

SAIA JUSTA, SALTO SETE

O ESTADO NOVO COMEMORA OS 50 ANOS DA REPÚBLICA

SKIRT-FAIR, JUMP SEVEN

ESTADO NOVO CELEBRATES THE 50TH ANNIVERSARY OF THE REPUBLIC

ANGELA DE CASTRO GOMES | Graduada em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre e doutora em Ciência Política pela Sociedade Brasileira de Instrução (SBI/IUPERJ). Professora titular aposentada de História do Brasil da UFF e professora emérita do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas. Pesquisadora-visitante sênior nacional na Universidade do Rio de Janeiro (Unirio).

RESUMO

As comemorações do cinquentenário da República, durante o segundo aniversário do Estado Novo, são o recorte do artigo. Analisam-se as negociações memoriais, considerando que o objetivo era festejar o cinquentenário, para demonstrar como o novo regime republicano, instaurado em 10 de novembro de 1937 (e não em 15 de novembro de 1889), havia colaborado para a ordem e o progresso do Brasil.

Palavras-chave: comemorações; memória histórica; República; Estado Novo.

ABSTRACT

The celebrations of the fiftieth anniversary of the Republic, on the second anniversary of Estado Novo, are the cut of the article. Analyzing the memorable negotiations, considering that the objective was to celebrate the fiftieth anniversary, to demonstrate how the new republican regime, inaugurated on November 10th, 1937 (and not on November 15th, 1889) had collaborated to order and progress of Brazil.

Keywords: commemorations; historical memory; Republic; Estado Novo.

RESUMEN

Las celebraciones del cincuentenario de la República, en el segundo aniversario del Estado Novo, son el recorte del artículo. Se analizan las negociaciones memoriais, considerando que el objetivo era festejar el cincuentenario, para demostrar cómo el nuevo régimen republicano, instaurado el 10 de noviembre de 1937 (y no el 15 de noviembre de 1889), había colaborado para el orden y el progreso de Brasil.

Palabras clave: celebraciones; memoria histórica; República; Estado Novo.

No dia 10 de novembro de 1937, o Brasil ficou sabendo pelo rádio, por meio de um discurso do presidente Getúlio Vargas, que passava a viver sob um novo regime político, autointitulado Estado Novo. O golpe civil-militar derrubava, de forma silenciosa, a República que vinha se conformando desde a Constituição de 1934. Como a literatura sobre esse evento demonstrou, o barulho ficara para trás, cuidadosamente neutralizado pelas ações do Executivo federal que, ao longo do período de 1935 a 1937, fora derrotando as resistências de seus adversários e “inimigos”. Neste último caso e com destaque, estavam os comunistas, categoria ampla e difusa, que englobava o que de pior podia ameaçar o Brasil e os brasileiros. Quanto aos adversários, eram representados, principalmente, por setores oligárquicos defensores da autonomia dos estados, também cirurgicamente esvaziados com o apoio de grupos oligárquicos aliados e das chefias das regiões militares, escolhidas a dedo para tanto.

O objetivo do golpe, sancionado pela Constituição de 1937 que regia o novo regime, era o fortalecimento do poder do Estado, concentrado no Executivo federal, cuja capacidade de intervenção na sociedade era ampliada e garantida pela força, necessária ante os assaltos que a nação e não só o governo vinha sofrendo. Contudo, o Estado Novo, desde aquele 10 de novembro, sustentava-se em um discurso que construía a legitimidade de suas ações para além da força. Dois pontos fortes, repetidos sistematicamente, já estão claros na fala inaugural de Vargas e merecem atenção. Primeiro: o golpe é anunciado como um desdobramento natural, inevitável mesmo, da Revolução de 1930, cujos principais objetivos estavam sendo garantidos pelo Estado Novo. Isso porque eles tinham sido desvirtuados pelo curso dos acontecimentos, especialmente pela rebeldia armada das oligarquias – como ocorrera na guerra civil de 1932 –, e pela rebeldia das palavras da Constituição de 1934, que insistia na defesa de um modelo político de Estado, ultrapassado internacionalmente, que punha em risco qualquer chance de progresso do país. Segundo: o golpe define claramente uma proposta antiliberal e anticomunista, afirmando-se como nacionalista e promotor de um projeto político inovador, singular e adequado para vencer o “atraso” do Brasil. Esse projeto, além de nacionalista e intervencionista, combinava duas outras dimensões fundamentais: o autoritarismo e o corporativismo, como princípios de orientação e de organização do Estado e da sociedade. Isso significava uma grande mudança de “mentalidade”, pois se tratava de postular novos valores e crenças, além de implementar novos formatos de associação e verbalização de interesses, de atores sociais os mais variados.

Como se pode perceber, o discurso estadonovista, ao defender seu projeto político, realizava uma leitura não só da história do Brasil, especialmente a mais recente, como a inseria em um contexto de mudanças políticas internacionais, que o país devia acompanhar. Dessa maneira, orientava-se por uma concepção de tempo linear e evolutivo, em que o esgotamento de certa etapa de experiências históricas – interna e externamente – conduzia à etapa seguinte, mais avançada e conforme as transformações que ocorriam.

As propostas que o novo regime trazia – políticas, econômicas, sociais e culturais – eram o resultado desse movimento praticamente inevitável do tempo, mas que precisava ser acompanhado pelas decisões dos atores históricos, capazes de aproveitar a oportunidade

ímpar que então se descortinava. Afirmando-se como um novo e mais moderno projeto político, o Estado nacional varguista construía uma das bases de sua legitimidade no confronto com o passado recente do país, já que era contra ele e a despeito dele que a adoção do regime autoritário se justificava e se impunha.

Nesse sentido, fica muito evidente que os argumentos desse discurso vinham sendo alicerçados há muitos anos. Eles se fundamentavam nas críticas dirigidas à experiência da República implantada pela Constituição de 1891, inspirada em uma arquitetura institucional liberal, com partidos e parlamento, em que o indivíduo-cidadão participava do poder e o limitava pelo voto. Muitas das maiores dificuldades para a consecução do projeto liberal republicano foram fartamente diagnosticadas durante a Primeira República, sendo identificadas tanto na força do poder privado e na fraqueza do público, como na falta de educação e saúde do povo, em muitos casos, atribuídas à omissão das elites dirigentes. Porém, durante as primeiras décadas republicanas, esse modelo de Estado, apesar de bastante atacado, conseguia manter-se, havendo diversos planos para sua reforma e melhor atuação.

É esse panorama que sofre abalos profundos com a eclosão da Primeira Guerra Mundial. A partir desse evento, a constatação de que o mundo se transformara, alterando-se as condições do comércio internacional, o equilíbrio de forças entre as nações e os modelos políticos acreditados como funcionais, é muito disseminada. Numa sociedade marcada pela emergência das massas na política e pelo colapso da engenharia liberal de não intervenção estatal, cresce o discurso autoritário que se opõe ao chamado conjunto de “ficções políticas liberais”. O Brasil apenas seguia essa tendência mundial ao implantar o Estado Novo. Embora permanecesse de pé o ideal de autoridade racional-legal e de economia urbano-industrial, como signos de uma sociedade moderna, as instituições políticas republicanas que deveriam construí-la precisavam ser outras.

O ano de 1938, o primeiro desse novo regime, anunciava a grandeza de seus planos, cujo alcance se projetava para as décadas futuras, tamanho o impacto que produziriam na sociedade brasileira. Basta lembrar que esse é o ano de lançamento da política de “nacionalização”, materializada na conhecida “Marcha para o Oeste” (ocupação do território, povoamento, transportes etc.) e nos dispositivos da “nacionalização do ensino” (língua nacional e diversidade cultural regional). Mas é bom remarcar que 1938 também é o ano do levante integralista, que ataca o Palácio Guanabara, residência oficial de Vargas, onde ele se encontrava com sua família.

No que interessa mais de perto a este artigo, 1938 marca o início de uma série de comemorações oficiais que buscavam destacar algumas datas, mobilizando a população em torno de um calendário festivo, o que evidencia o interesse e o cuidado do regime com a promoção de eventos que aproximassem o povo do Estado nacional e de seu presidente. Entre eles, assinalamos o Dia do Trabalho, 1º de maio, festejado ainda de forma restrita, no Palácio Guanabara. Mas Vargas já assume o compromisso de, sempre nesse dia, “presentear” os trabalhadores com o anúncio de uma medida na área social. O mesmo ocorre no dia 10 de novembro, primeiro aniversário do Estado Novo, quando se inaugura a sede do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e Vargas fala aos “trabalhadores do Brasil” (Gomes, 2005, cap.

VI). Por fim, internacionalmente, 1938 é o ano da Noite dos Cristais, que assinala o deslanche da política racial e do expansionismo do Terceiro Reich.

A partir de 1939, esse tempo festivo do Estado Novo assumiria contornos muito maiores, desde o Dia do Trabalho, que se realiza no estádio de São Januário, ganhando formas ritualizadas, até as comemorações do segundo aniversário do Estado Novo, que vão coincidir com uma data especial: o cinquentenário da proclamação da República.

1939, O ANO DE UMA BIOGRAFIA PARA A REPÚBLICA

O ano de 1939 era o segundo do Estado Novo, mas igualmente exigia atenção especial à passagem de datas comemorativas. Como a imprensa da época registra com propriedade, era um ano privilegiado para evocações. Em sua coluna no *Correio da Manhã*, Carlos Pontes observa que 1939 assinalava o cinquentenário de nascimento de expressivas figuras de nossa história, entre as quais estavam Machado de Assis, Casimiro de Abreu, Tavares Bastos, Tobias Barreto e Floriano Peixoto. Mas a esses aniversários se somava um de grande destaque: o dos cinquenta anos da proclamação da República.¹

Uma “efeméride tão relevante” não podia passar despercebida das autoridades do país, merecendo festejos planejados com cuidadosa antecipação. Era a oportunidade propícia para a realização de “um largo e sereno inquérito sobre as atividades do regime que se implantou a 15 de novembro de 89”. E esse inquérito, com a participação de “historiadores e publicistas, pensadores e homens de letras, políticos e jornalistas, economistas e sociólogos, seria bem uma espécie de exame de consciência do país”. O articulista reconhece que, embora cinquenta anos fossem quase nada em termos de tempo de vida de instituições, podiam oferecer uma perspectiva razoável para reflexões. Lembrava que o Segundo Reinado durara menos, porém “os estudiosos encontram nele uma fonte sempre renascente de novidades e de interpretação.” Já da República, “não se tentou ainda a história, nem algo que a isso se assemelhe. Existe muita coisa por aí fragmentária, palpitante de paixões grosseiras, onde homens e fatos aparecem deformados pelos ódios facciosos do tempo”. E prossegue:

Haverá em rigor uma história objetiva? A ressurreição de que fala Michelet não é antes uma criação, ou, pelo menos, uma renovação? O espírito de cada época traz consigo, não há negar, novos dados de entendimento, como novas formas de compreensão. Se um fato não é o mesmo para dois indivíduos, segundo demonstrou William James, muito menos o será para dois povos diferentes ou para duas gerações. [...]. Cinquenta anos de República merecem já dos historiadores e dos estudiosos uma atenção mais demorada. Dos homens que participaram nos acontecimentos, que formam por assim dizer a trama de todo esse período, não possuímos senão depoimentos e juízos defeituosos.

1 O cinquentenário da República, *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 4, 18 abr. 1939. As citações que se seguem são dessa matéria. A imprensa grafa de duas formas o evento: cincoentenário e cinquentenário.

[...]. O momento é oportuno. Que os estudiosos e os competentes empreendam essa obra: será a melhor forma de comemormos o cinquentenário do 15 de novembro.

A citação, um tanto longa, é preciosa por demarcar algumas questões que sistematicamente serão lembradas durante o ano do cinquentenário da República. A efeméride mostrava a todos como não havia estudos “sérios” e abrangentes sobre o período republicano, dominado por trabalhos fragmentários e, principalmente, cheios de faccionismo e paixões políticas, muito distantes da escrita da história, ainda que se reconhecesse que não havia “história objetiva”. Além disso, permaneciam vivos alguns dos homens que participaram diretamente da trama desse crucial acontecimento. A oportunidade do momento era inegável, merecendo a experiência republicana “juízos” mais demorados e menos defeituosos.

O Estado Novo responderia a essa demanda comemorativa de forma expressiva e o ano de 1939 seria um dos mais ricos que o calendário festivo do regime produziu. Entretanto, se era incontornável festejar os cinquenta anos da República, era igualmente um desafio fazê-lo a contento, já que significava dar realce ao período histórico contra o qual o Estado Novo definia seus projetos e construía sua própria identidade política. Considerando que esse foi um regime que investiu fortemente em políticas culturais, entre as quais, se destacou a valorização do passado histórico do país, o objetivo deste texto é averiguar como se enfrentou a questão acima enunciada. Ou, usando o vocabulário do articulista, “se toda a verdade é uma forma de aproximação”, como um regime autoritário recuperou a história do passado republicano liberal do Brasil, que era repudiado e considerado fracassado, tanto pela inépcia de seus princípios teóricos como pela inadequação de seus procedimentos práticos? Como, nesse momento de grandes comemorações, os chamados usos políticos do passado foram acionados, no sentido de harmonizar passado e presente, em nome de um futuro acreditado como luminoso?

O interesse é atentar para as negociações memoriais efetuadas, caminhando para além das “soluções” mais óbvias, evidenciadas pela proximidade das datas do golpe do Estado Novo, 10 de novembro, e da proclamação da República, 15 de novembro. Algo que foi imediatamente utilizado pelos promotores dos festejos, que viram no cinquentenário uma ocasião para engrandecer ainda mais as comemorações do aniversário do Estado Novo, que já tinham acontecido em 1938 e eram planejadas para ocorrer, religiosamente, todos os anos. Essa intenção foi claramente veiculada bem no início dos preparativos da festa dos cinquenta anos, que ficaram sob o comando do ministro da Justiça, Francisco Campos, também autor da Constituição de 1937. Em julho de 1939, ele faz uma das primeiras exposições sobre a “índole” das comemorações que se realizariam. Elas teriam o “duplo cunho histórico-evocativo dos acontecimentos da proclamação do regime e de demonstração das realizações do país no período republicano”.² Quer dizer, tratava-se de comemorar o cinquentenário para de-

2 Promovem-se festejos excepcionais para a comemoração do cinquentenário da proclamação da República, *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 7, 5 jul. 1939.

monstrar como o novo regime republicano, instaurado em 10 de novembro de 1937 (e nem tanto em 15 de novembro de 1889), havia colaborado para a ordem e o progresso do Brasil.

Porém, se a moldura para a difusão de uma memória histórica republicana era muito sólida e visível, ainda restavam questões de perspectiva para seu enquadramento mais preciso.³ Ou seja, para que a construção de uma narrativa sobre a história da República no Brasil pudesse se tornar mais homogênea, selecionando eventos e personagens fundamentais e desaguando nas realizações de sua versão contemporânea: o Estado Novo. Dessa forma, as comemorações eram uma ocasião inestimável para o trabalho de consolidação e divulgação de uma versão da história republicana, livre de maiores dissonâncias, que alimentasse a construção de uma memória histórica sobre a República no Brasil, identificando um passado – mais remoto e mais próximo – e conectando-o ao presente da população. Para tanto, a monumentalidade e a capilaridade das festas contavam muito, sendo decisiva a participação da mídia impressa e falada, pública e privada. Por isso, era estratégico o papel planejador e coordenador do governo, para além do óbvio: o aparato repressivo do Estado Novo funcionava intensamente, ao lado das atividades de censura e propaganda, ao encargo do Departamento Nacional de Propaganda (DNP), então dirigido por Lourival Fontes.

Portanto, o objetivo deste artigo é mapear e discutir o programa das comemorações, para destacar as iniciativas no campo cultural e educacional, pois são elas que podem nos oferecer os melhores indícios sobre as formas de “usos políticos do passado” que o Estado Novo utilizou, nessa oportunidade. Elas também permitem uma identificação mais minuciosa do público-alvo da festa, em especial os segmentos que foram convocados a dela participar diretamente, inclusive por imposição governamental, o que indica a amplitude que as comemorações buscavam alcançar. Mais especificamente ainda, são essas iniciativas que possibilitam uma aproximação maior da narrativa histórica que então se divulgou sobre a experiência do regime republicano, atentando-se para o que foi destacado e também silenciado. As dissonâncias existentes são particularmente interessantes, embora seja óbvio que tenham pouco espaço para se apresentar.

De toda a forma, acompanhando alguns dos mais importantes jornais da época, fica evidente a existência de uma demanda social por uma “boa e séria” história da República, reconhecendo-se o que havia disponível como, em grande parte, uma literatura memorialista ou textos extremamente facciosos. Ora, considerando-se o clima político vigente, esse facciosismo pode muito bem ser entendido como uma aberta depreciação da Primeira República e de tudo e todos que a ela se vincularam. Incitar os historiadores e demais figuras competentes a assumir a tarefa de escrever a história da República era pedir uma análise, senão objetiva, menos apaixonada e deturpada. Por fim, cabe assinalar que as numerosas matérias sobre as festas do cinquentenário da República, que aparecem nos jornais con-

3 A noção de processo de enquadramento de memória é de M. Pollack e se refere ao esforço desenvolvido no sentido de interpretar o passado e controlar e difundir uma versão acerca dele, para que seja compartilhada por um grupo social, através do tempo.

sultados, têm que dividir espaço com as numerosas notícias sobre a guerra na Europa, que então deslanchava sobre o continente.⁴

POR TELEGRAMA: COMEMORAR A REPÚBLICA E LEGITIMAR O ESTADO NOVO

Os “usos políticos do passado”, também chamados por alguns autores de memória histórica de um grupo (não importando seu tamanho), evidenciam as fronteiras fluidas entre memória e história, assinalando as práticas de apropriação cultural às quais eventos e personagens estão submetidos através do tempo. Conforme Marie-Claire Lavabre:

Chamaremos de memória histórica os usos do passado e da história feitos pelos grupos sociais, partidos, igrejas, nações ou Estados. Apropriações dominantes ou dominadas, plurais e seletivas, em qualquer situação, marcadas pelo selo do anacronismo, da semelhança entre o passado e o presente. A história propriamente dita terá, portanto, como seu princípio [...] a crítica das memórias históricas e o estabelecimento das diferenças entre o passado e o presente (Lavabre, 2001, p. 242).

O processo de construção de memórias históricas recorre a uma série de práticas culturais que assumem formas ritualizadas, entre as quais, as comemorações são, provavelmente, as mais importantes e espetaculares. Esse tipo de festa cívica, inaugurada pela Revolução Francesa e vinculada à concepção moderna de história do século XIX, torna-se, ao longo do tempo, um recurso fundamental para a legitimação do poder de Estados nacionais e de seus projetos políticos. Comemorar significa convocar o passado histórico em determinado momento do tempo e com determinados objetivos, para encená-lo e transformá-lo em “lições vivas” da história, capazes de produzir coesão social e enquadrar memórias coletivas de grupos.⁵ As comemorações, assim como a historiografia, ressuscitam o passado, silenciando que ele é fruto de seleção e organização, realizadas segundo a ótica e objetivo do presente. Contudo, o desejo de unificar e afastar conflitos – central à pedagogia das festas cívicas – nem sempre é completamente alcançado, a despeito da força da narrativa épica que é divulgada sobre eventos e personagens, nesses momentos.

As comemorações dos cinquenta anos da República, durante o Estado Novo, são uma espécie de caso exemplar de produção de espetáculos cheios de simbologia e de apelos à emotividade, que nos dão especial acesso à produção da memória histórica nacional: à construção de narrativas históricas que, ultrapassando dissonâncias – perceptíveis para mui-

⁴ Utilizando a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, escolhi me concentrar nos seguintes periódicos: *A Noite*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro; e *Correio Paulistano*, de São Paulo, todos publicados no ano de 1939.

⁵ Estou utilizando, neste texto, um conjunto de referências sobre a prática das comemorações, mas quero destacar a contribuição de Fernando Catroga, inclusive por ter trabalhado com o exemplo português e brasileiro.

tos dos contemporâneos –, produzem efeitos integradores e duradouros. O estudo dessas comemorações e de outras festas cívicas ocorridas durante o Estado Novo, em sua dimensão político-ritual, não é novidade, cabendo citar a pesquisa do historiador Maurício Parada, por suas contribuições ao que chama de cultura cívica varguista (Parada, 2009). Dessa forma, este artigo não tem como propósito realizar uma análise semelhante, e sim, colocar em foco a questão da construção da narrativa histórica que, nesse momento, foi amplamente divulgada, investindo na seleção e também na negociação que o presente estadonovista efetuou com o passado republicano do país, definido como “velho”, no sentido de ultrapassado. Afinal, a terminologia que identifica o período histórico que vai de 1889 a 1930, como o da República Velha, já está assentada nesse momento.

O ponto de partida é uma observação mais acurada sobre o início da festa, ou seja, sobre como se deram seus preparativos. As notícias de alguns dos principais jornais do país atestam que eles não foram tão imediatos nem tão fáceis. Em matéria do *Correio Paulistano*, de março de 1939, o articulista sinaliza para um “desinteresse nacional” em relação às comemorações. Conforme explica:

Ventilamos a efeméride, com bastante antecedência, e deixamo-nos ficar à espera de uma informação qualquer sobre possíveis festividades. Passaram-se os dias, no entanto, e, até hoje, nada. O gesto do marechal Deodoro, na manhã histórica de novembro de 1889, parece não mais interessar aos homens do nosso tempo. Dizemos isso não só com relação aos paulistas – os credores, a bem dizer, da forma republicana no Brasil –, mas com relação a todos os patrícios nossos.⁶

Esse não é um comentário isolado, pois no artigo do *Correio da Manhã* do mês de abril, citado anteriormente, Carlos Pontes também insta as autoridades a trabalhar pelo tão privilegiado ano de evocações. Em junho, Domingos Barbosa, no *Jornal do Brasil*, observa o lento andamento dos preparativos da festa e, fazendo coro com Pontes, sugere a publicação de uma história da República como ponto necessário, ante “a precipitação e injustiça demasiada em avaliações do regime republicano”. Meses depois, em 4 de outubro, o *Correio Paulistano* publica que falta menos de um mês para o 15 de novembro, e “à medida que diminui a distância aumenta o receio de que o primeiro cinquentenário da República não tenha, em nosso país, comemoração condigna”.⁷ Tudo indica, portanto, que o governo federal demorou a se sensibilizar ante essa demanda comemorativa que, é bom notar, vinha, com frequência, associada ao diagnóstico da importância de se ter uma visão histórica menos apaixonada, injusta, deformada ou precipitada do regime republicano, quer dizer, da chamada República Velha.

⁶ Os dez primeiros lustros, *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 5, 18 mar. 1939.

⁷ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 9, 18 abr. 1939; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 5, 11 jun. 1939; *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 5, 4 out. 1939.

Essa constatação é corroborada quando se examina a cronologia das primeiras providências tomadas pelo governo estadonovista. Apenas no início do mês de junho, os jornais da capital federal noticiam que uma comissão seria formada para a organização dos festejos oficiais do cinquentenário, ficando sob o comando do ministro da Justiça. Um mês depois, em 4 de julho, realiza-se uma reunião. Mas por matéria veiculada no dia 7 de setembro, pelo *Jornal do Brasil*, fica-se sabendo que nenhuma providência concreta fora ainda tomada. Apenas no dia 12 de setembro ocorre outra reunião de trabalho, e no dia 15, finalmente, vem a público um programa preliminar dos festejos. Não é preciso pensar muito para concluir que tudo caminhou a passos de tartaruga e, apenas dois meses antes da data da proclamação, os preparativos realmente começaram.⁸ Além disso, é bom registrar que somente em novembro (no dia 4) Vargas assinou a abertura de um crédito de 350.000\$000 para as festas, concedido no dia 12 do mesmo mês pelo Tribunal de Contas.

Há, contudo, uma exceção de peso. Em 27 de junho, o prefeito do Distrito Federal, Henrique Dodsworth, anuncia que a XII Feira Internacional de Amostras do Rio de Janeiro seria um “empreendimento cívico-social” voltado para as comemorações do cinquentenário da República do Brasil, sendo inaugurada em 15 de novembro e aberta à visitação pública até 31 de dezembro. Na mesma oportunidade, informa que enviou telegramas a todos os interventores estaduais, convidando-os a participar da Feira e alertando-os para “as vantagens que beneficiarão os expositores com interesses ligados ao governo da União e dos estados”.⁹ Antes disso, em 21 de abril, o prefeito reabriu uma escola municipal (que estava em reformas), dando-lhe o nome de Tiradentes. No mesmo dia, o DNP, associando-se às comemorações do grande herói republicano, promoveu um “espetáculo radiofônico de caráter histórico”, no programa *Hora do Brasil*, encenando a peça *Tiradentes*, de Viriato Correia, com populares atores e atrizes do cast da Rádio Nacional.¹⁰ Tiradentes, portanto, começava a marcar sua presença no ano dedicado à República, o que não chega a surpreender, mas cumpre observar, pois outros heróis com ele disputavam um lugar proeminente nesse panteão.

Os telegramas também marcam presença na fase dos preparativos da festa, indicando que ela se fez, em boa parte, por convocação aos estados e municípios, em que duas redes e dois públicos foram muito significativos: os estudantes das escolas e os oficiais e soldados dos quartéis. Em setembro, quando a movimentação governamental está começando, Francisco Campos envia telegramas a todos os interventores, instruindo-os de que, em todas as escolas públicas, estaduais e municipais, primárias e secundárias, o cinquentenário da República deveria ser assinalado por diversos eventos, dentre os quais se destacaria um curso “versando temas explicativos dos acontecimentos ligados ao 15 de novembro”.¹¹ Porém, em

8 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 5, 6 jun. 1939; 4 jul. 1939, p. 6; 7 set. 1939, p. 5; 12 set. 1939, p. 5 e 15 set. 1939, p. 9; *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 7 jun. 1939.

9 *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 5, 27 jun. 1939.

10 *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 4, 21 abr. 1939; p. 9, 22 abr. 1939.

11 *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 29 set. 1939.

outubro, parece que nem a pressão do ministro está alcançando os resultados desejados, o que faz com que um articulista do *Correio Paulistano* sugira que a semana anterior ao 15 de novembro seja inteiramente dedicada à sua comemoração, como tentativa de corrigir o desinteresse vigente. E continua, em tom ambíguo, a comentar o desempenho das instituições republicanas:

Já é tempo, a nosso ver, de se ir pondo os pingos nos i's, em muitas questões diretamente relacionadas com o advento das novas instituições. A República deu-nos o regime da responsabilidade individual, mas esqueceu-se de nos dar os estadistas que deveriam consolidá-la. Disse-o, pelo menos, Rui Barbosa. Mas... até que ponto é verdadeira a afirmação do imortal baiano? Na ocasião em que a espada de Deodoro derrubou a coroa da cabeça de Pedro II, estávamos ou não estávamos em condições de merecer o governo do povo pelo povo? [...]. Como tudo quanto é humano as instituições republicanas têm conhecido vicissitudes, mas possuem raízes profundas na consciência nacional e, sob a sua égide, deverá o Brasil realizar o seu luminoso destino.¹²

Em início de outubro, o Ministério da Guerra e o Itamaraty divulgam suas respectivas programações. No primeiro caso, o general Eurico Gaspar Dutra estabeleceu que, entre 1º e 14 de novembro, por todo o país, fosse oferecido um curso de história político-militar do Brasil a todos os oficiais e praças; no Distrito Federal, ele ocorreria no Palácio Tiradentes, abrindo-se com uma preleção do próprio ministro e encerrando-se com a fala do chefe do Estado-Maior do Exército, general Góis Monteiro. Também se organizaria um concurso de cânticos marciais, que ofereceria prêmios em dinheiro aos três primeiros colocados, além da execução das melhores músicas no programa *Hora do Brasil*. Por fim, o Exército contribuiria para as festividades na Feira de Amostras, colaborando com a montagem de grande exposição histórica em seu recinto.¹³

Já o Itamaraty seria a sede de uma das mais importantes cerimônias de toda a programação. No dia 15 de novembro, às 15 horas, haveria um despacho coletivo, com a presença do presidente Vargas e de seu ministério, no salão histórico, onde havia ocorrido a primeira reunião ministerial, em 18 de novembro de 1889. Nessa ocasião, o presidente descerraria uma placa comemorativa e inauguraria a exposição histórica de documentos e obras referentes à campanha republicana e à proclamação, “na qual serão apresentados, principalmente, os mapas que serviram para elucidar e resolver as questões limítrofes do Brasil. [...] Deverão ser, além disso, realizadas duas conferências sobre o papel do Itamaraty na proclamação, como primeira sede do governo republicano e sobre as questões de fronteiras”.¹⁴ Como fecho, prometia-se a publicação de um atlas histórico da Colônia, Império e República do Brasil.

¹² Cinquentenário da República, *Correio Paulistano*, 4 out. 1939, p. 5.

¹³ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 10, 5 out. 1939.

¹⁴ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 10, 6 out. 1939.

Ainda no mês de outubro de 1939, o ministro da Justiça volta aos jornais, ao determinar, por telegrama, que em todo o país alguma praça ou rua receba o nome dos quatro maiores heróis republicanos: os militares Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto e Benjamim Constant, além do civil e jornalista Quintino Bocaiúva. Essa era apenas uma das alterações na toponímia que, por ordem do próprio presidente Vargas, deveria ocorrer em função da passagem da data.¹⁵

Como se vê por esse conjunto de iniciativas, é claro o relevo que se procura dar, no caso do Exército e do Itamaraty, à documentação histórica que possuem e colocam em exposição para o grande público. No último caso, a resolução da questão das fronteiras é muito ressaltada e associada à figura de Rio Branco. Sua morte, ocorrida no próprio palácio do Itamaraty, fazia com que esse “lugar de memória” da República se recobrisse de valor maior ainda. Finalmente, os mapas históricos pertencentes ao Itamaraty e a promessa de elaboração de um atlas histórico, que poria alguns deles em circulação para o público escolar, evidencia o investimento do governo no ensino de história do Brasil.

O CALENDÁRIO FESTIVO DO CINQUENTENÁRIO

Os festejos dos aniversários da República e do Estado Novo se concentraram em três datas especiais, que modulavam o ciclo comemorativo. No dia 10 de novembro, ele se abria com um discurso do ministro da Justiça, no Palácio Monroe, sede de seu gabinete, devidamente engalanado com flores. Prevvia-se a realização de um concerto de bandas militares nos jardins, o que acabou não ocorrendo em razão do mau tempo. O discurso é irradiado pelo DNP para todo o país e, nele, a Constituição de 1937 e o Estado Novo têm todo espaço. O ministro define o ambiente do novo regime como de harmonia, onde não há vencedores ou vencidos, sendo ele “a última etapa de uma longa série de crises políticas cuja crescente gravidade havia premunido a nação de que estava próximo o acontecimento que ela, com impaciência, esperava”.¹⁶

No dia 15 de novembro, pela manhã, na praça Paris, junto à estátua de Deodoro, Vargas realiza um discurso solene e assiste a uma grande parada militar. Em sua fala, toda ela um exercício de aproximação entre o evento da proclamação da República e o Estado Novo, o presidente destaca os mesmos objetivos “regeneradores”, a mesma atuação das Forças Armadas, ao interpretar “as verdadeiras aspirações da nacionalidade”. Colocados em perspectiva histórica, os cinquenta anos de vida republicana indicavam um avanço notável do país.¹⁷ Para tal acontecimento, os sobreviventes do grande fato, moradores do Rio, tinham sido localizados, recebendo convites especiais e sendo colocados ao lado da referida estátua, para

¹⁵ Cinquentenário da proclamação da República, *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 2, 21 out. 1939.

¹⁶ O primeiro dia das festas comemorativas do cinquentenário da República, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 11 nov. 1939.

¹⁷ *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 1, 15 nov. 1939, tem longa matéria com muitas fotos. Na página 3, transcreve-se o discurso de Vargas.

que sua posição de partícipes no fato histórico tivesse visibilidade ainda maior. Na parte da tarde, inaugura-se a XII Feira de Amostras e ocorre o despacho coletivo no Itamaraty, ambos com a presença do presidente. Já no dia 16 de novembro, ao final da noite, realiza-se uma récita cívica, no Teatro Municipal, da peça *Tiradentes*, na qual Vargas comparece ladeado por numerosas autoridades governamentais.¹⁸

No dia 19 de novembro, dia da Bandeira Nacional, as comemorações se deslocam dos personagens históricos e do evento da proclamação para o símbolo da unidade do país. A festa da Bandeira tem preparação particular, ganhando uma comissão específica, dado que encerraria o ciclo comemorativo e deveria fazê-lo com especial brilho. A solenidade que se monta no campo do Russel, por seu caráter espetacular, vem chamando a atenção dos estudiosos de rituais cívicos. A dimensão sacralizada do culto laico à nação, simbolizada pela bandeira, não poderia se expressar melhor e de maneira mais evidente. Monta-se o “altar da pátria”, diante do qual o cardeal d. Sebastião Leme celebra um ofício religioso e, a seguir, desfilam duas paradas: a da Juventude, composta por 15 mil escolares, e a Militar, com pavilhões do Exército, Marinha, milícias estaduais e tiros de guerra. Encerrando o ciclo comemorativo à noite, no Teatro Municipal, organiza-se outra récita cívica. Dessa feita, há a execução de números musicais sob a regência dos maestros Villa Lobos e Francisco Braga, completados pela encenação de episódios históricos sob o patrocínio do Serviço Nacional do Teatro (SNT), do Ministério da Educação e Saúde.¹⁹ Integrando a récita e como última palavra oficial do governo, João Neves da Fontoura fez um discurso aos presentes e à nação.²⁰

O apelo cívico-patriótico, mobilizado por hinos, paradas e encenações de fundo histórico bastante emotivo, se sobressai em vários momentos dos festejos. As primeiras páginas dos jornais, especialmente as dos dias 15 e 16 de novembro, estampam imagens de Deodoro, Floriano e Benjamim Constant, ao lado de fotos de Vargas, autoridades e convidados especiais dos eventos. Praticamente nada se fala dos governos presidenciais que se sucederam após 1891. O *Correio Paulistano*²¹ ainda se permite nomear os quadriênios, com seus respectivos presidentes e uma ou outra de suas “realizações materiais”, para finalmente chegar à Revolução de 1930. Com algumas palavras, como em tópicos, elenca a ocorrência da “Revolução Constitucionalista” de São Paulo, da Constituinte de 1934 e, finalmente, do golpe de 1937, que dissolveu o parlamento e deu ao país uma nova Constituição. A longa matéria se encerra dizendo que, equidistante do liberalismo e do totalitarismo, o Estado Novo “resultou das necessidades brasileiras e consulta sua tradição”. Por fim, o destaque é para o fato de

18 *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 7 e 10, 16 nov. 1939.

19 Foram duas as teatralizações de acontecimentos históricos: uma reprodução cenográfica da tela de Bernardelli sobre a proclamação da República e a reprodução animada de cena passada no extinto Teatro Lírico, quando foi escolhido o hino da República, de autoria de Leopoldo Miguez. *Jornal do Brasil*, 19 nov. 1939.

20 Durante o Estado Novo, João Neves ocupou o posto de consultor jurídico do Banco do Brasil e, a partir do início da década de 1940, desempenhou missões diplomáticas junto a organismos latino-americanos. Entre maio de 1943 e fevereiro de 1945, dirigiu a embaixada brasileira em Portugal.

21 Cinquentenário da República Brasileira, *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 3, 15 nov. 1939. Nessa mesma página, há longa matéria sobre as celebrações do dia da proclamação na cidade de São Paulo.

maior relevo da política externa desse novo regime: não adotar a diretriz internacional de aplicar sanções econômicas contra a Itália.

Observando-se o calendário festivo, é possível concluir que o único evento diretamente relacionado à política da Primeira República é uma missa celebrada na igreja da Candelária, no dia 14 de novembro, em homenagem à alma dos ex-presidentes mortos. Lembrados de forma coletiva e não individualmente, sem maior alarde e religiosamente, o Estado Novo desejava que eles descansassem em paz.

Mas nem tudo foi cerimônia cívica ou religiosa no período das celebrações. Houve um baile oficial nos salões do Automóvel Clube, que abrigava igualmente uma exposição de desenhos evocativos do dia 15 de novembro, realizados pelos estudantes das escolas municipais do Distrito Federal. Portanto, mais uma participação de escolares que, além de marchar, cantar, escrever e desenhar, também fizeram uma demonstração de ginástica, encantando os assistentes.²² Houve igualmente uma corrida de cavalos, muito ao gosto do presidente, no Jóquei Clube do Rio de Janeiro.

O ciclo comemorativo se irradiou por todo o Brasil por meio das escolas, repartições públicas e instalações militares, garantindo uma grande capilaridade para o cumprimento das instruções que, vindas da capital federal, passaram pelos interventores e prefeitos. Os ministros da Justiça, da Guerra e da Educação e Saúde foram muito ativos na coordenação e estimulação de um sem número de eventos de proporções variadas.

Internacionalmente, houve repercussão. Alguns países, como a Venezuela, o Chile, a Colômbia e os EUA, enviaram representações ou missões militares ao Brasil, sendo que os norte-americanos chegaram com as “fortalezas voadoras”, aviões de grande porte que chamaram enormemente a atenção. Com eles veio uma mensagem do presidente Roosevelt a Vargas, com cumprimentos mais do que protocolares, em função de sua viagem ao Brasil, ocorrida em 1936. No quesito de mensagens parabenizando Getúlio pela data, inúmeros países da América Latina o fazem, e há casos, como o da Argentina, em que os jornais do dia de 15 de novembro abrem espaço para notícias sobre a república brasileira. Em Cuba, a Oficina Internacional de Cuba, nesse mesmo dia, irradia um programa de músicas cubanas e brasileiras em homenagem à passagem do dia da proclamação. Nele, autoridades, entre as quais o embaixador do Brasil em Cuba e o embaixador de Cuba no Brasil, falam sobre as “transformações de um império em república”. Uma nota interessante, que o *Jornal do Brasil* não deixa passar, são as felicitações que o *führer* e chanceler do Reich envia a Vargas pela data.²³

No que se refere a eventos comemorativos no exterior, o ponto alto é a inauguração da Exposição do Livro Brasileiro, realizada em Montevidéu, onde Batista Luzardo é o embaixador. A mostra se abre com a presença do presidente do Uruguai e muitos membros do go-

22 2.000 escolares em uma aplaudida demonstração de ginástica nacionalista, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 nov. 1939.

23 Hitler felicita o presidente Vargas por motivo das festas comemorativas do cinquentenário da proclamação da República, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 8, 15 nov. 1939.

verno, atraindo uma enorme quantidade de visitantes. Além dos livros, diversos intelectuais brasileiros, uruguaios e argentinos proferem conferências ligadas à história e cultura latino-americana. Esse evento, ligado ao que o jornalista e literato Carlos Maul chama de “diplomacia dos livros”,²⁴ começara a ser orquestrado pelo ministro Gustavo Capanema e pelo diretor do Instituto Nacional do Livro (INL), Augusto Meyer. O objetivo era estreitar relações com os países americanos por meio de uma política cultural de difusão de livros, que pudessem estar nas estantes das bibliotecas e livrarias fora do Brasil, sendo consultados e vendidos pelos “povos amigos”. Uma diretriz política que se desenvolverá nos anos de 1940, voltando-se fortemente para os EUA, além da América Latina.

O PASSADO REPUBLICANO DO BRASIL: UMA HISTÓRIA A SER CONTADA

Com essa visão panorâmica dos principais eventos do calendário de festas dos cinquenta anos da República, é possível uma aproximação mais cuidadosa de como o Estado Novo, ritualmente, voltou-se para a história recente do país. Nesse sentido, vale lembrar, mais uma vez, que esse é um momento em que o paradigma da modernização era bafejado pelo que R. Koselleck, de maneira seminal, batizou de “futuros presentes”. Quer dizer, um sentimento de vivência do tempo/espaço e de percepção da história, voltados para o novo, para o progresso, enfim, para o futuro que se divisava como melhor. Voltar ao passado, no contexto que caracterizou as primeiras décadas do século XX e que a Segunda Guerra Mundial abalou de maneira definitiva, significava realizar uma operação seletiva capaz de desaguar no próprio discurso que o Estado Novo propagava, com todo otimismo, como o do grandioso futuro do Brasil.

Para poder capturar melhor como essa volta ao passado histórico estava sendo construída, uma atenção maior, embora breve, será dada a algumas matérias da imprensa e discursos de autoridades políticas. Nos dois casos, o interesse específico é verificar: como os estudos então existentes sobre o passado republicano eram avaliados? Que história da República foi contada nesse momento tão simbólico? Como o testemunho dos sobreviventes foi utilizado? Como se construíram interpretações que, partindo da experiência da proclamação, chegavam à instauração do Estado Novo? Nesse percurso, diversos eventos dos festejos se entrecruzam, mas um deles será privilegiado pelo que significou no planejamento das comemorações. A encenação da peça *Tiradentes*, no palco do Teatro Municipal, considerada um dos momentos culminantes de toda a programação do quinquentenário.

Desde os meses de março e abril de 1939, como se viu, os colonistas de diversos jornais assinalaram a aproximação da data dos cinquenta anos da República sem que o governo se movimentasse para comemorá-la. Algo lamentável, considerando que essa era uma grande oportunidade para um “exame de consciência” sobre um período em relação ao qual inexistiam trabalhos históricos verdadeiros e imparciais. Por isso, concluíam que a melhor contribuição da comemoração era voltar-se para esse tipo de iniciativa que, atentando para o passado, “instruía” o futuro:

²⁴ A diplomacia dos livros, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 5 out. 1939.

Um trabalho dessa índole pode justificar um programa de tudo de que ainda se não cuidou para apressar o ritmo da nossa evolução social e econômica, retardada positivamente por uma política cinquentenária que não tem direito a muitas festas. O programa das comemorações deve ser [...] reduzido ao mínimo de pompas inúteis e sobrecarregado de empreendimentos proveitosos.²⁵

Com esse intuito, valia a pena ouvir os que se envolveram diretamente no evento e podiam contar suas recordações. O *Correio Paulistano*, por exemplo, dá grande destaque a uma entrevista com o ex-senador Rodolfo Miranda, propagandista do republicanismo e único sobrevivente da Constituinte de 1891. Positivista, aluno de Lafitte em Paris, ainda lúcido e animado, ele narra como fora um dos autores de uma proposta de plebiscito à população brasileira sobre a mudança de regime, em 1888. Integrante da Câmara de São Simão, “proclamara” a república nessa cidade paulista, entendendo-a como uma autêntica “contingência histórica”.²⁶ Em 15 de novembro, várias páginas do mesmo jornal se dedicam à “contribuição de São Paulo à propaganda, implantação e conservação do regime”. Figurando na primeira página, está uma carta de Washington Luís, o ex-presidente deposto em 1930, a um “velho amigo”. O “eminente brasileiro” lembra que o estado de São Paulo “deve a sua prosperidade à autonomia consagrada pela forma política federativa”, havendo especial importância em se recorrer aos contemporâneos para que registrem suas lembranças. Afinal, foram os republicanos paulistas que construíram a grandeza do estado “no Brasil forte e unido”. Todo o tom da missiva é o da advertência para o risco do esquecimento das conquistas que a República assegurou, algo que o *Correio Paulistano* garante que não acontecerá:

Esse período claro e brilhante, de quase meio século, vale, merece, vasta e documentada referência. Se os tempos não permitem a crítica e o julgamento, não impedirão a rememoração de fatos, contados singela e despretensiosamente. Mesmo à guisa de memórias, devem ser pormenorizados os feitos dos propagandistas de São Paulo. E se elas não forem publicadas no presente, o futuro as acolherá com o mais vivo interesse.²⁷

Nesse mesmo dia, o jornal menciona os depoimentos feitos por Campos Sales, Américo Brasiliense, Rangel Pestana e outros contemporâneos da proclamação. Eles são apresentados como “vultos máximos da democracia brasileira”, sendo suas ações destacadas desde o Manifesto de 1870, que deu partida às articulações de formação de um partido republicano em São Paulo. Uma grande imagem da Convenção de Itu, realizada na casa de Carlos Vas-

²⁵ Cinquentenário da República, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 6 out. 1939, p. 4.

²⁶ *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 16, 30 jun. 1939. A matéria é longa e a entrevista fora concedida ao *Diário da Noite*, em função do cinquentenário do “golpe de 15 de novembro de 1889”.

²⁷ *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 15 nov. 1939.

concelos de Almeida Prado, onde estava instalado o Museu Republicano, domina a página seis da edição comemorativa.²⁸

Ainda no *Correio Paulistano* de 15 de novembro, merece destaque a ordem do dia do general Maurício Cardoso, comandante da 2ª Região Militar. Ela tem tom épico ao afirmar que coube ao Exército, de figuras como Deodoro, Floriano e Benjamim Constant, concretizar os ideais republicanos. Em um parágrafo, o general resume como se devia entender o trânsito entre a República anterior e posterior a 1930, traduzindo exemplarmente o que muitos outros discursos de autoridades também fizeram: “Se é verdade que a nossa infância republicana se agitou algumas vezes, em convulsões prejudiciais à marcha evolutiva de nosso progresso e da nossa grandeza, não é menos certo que desses mesmos episódios decorreu uma profunda experiência, abrindo caminhos à nossa destinação realizadora”.²⁹

A despeito de alguns arranhões no coro dos contentes com o Estado Novo, como é o caso da carta de Washington Luís e dos comentários sobre a precariedade e injustiças que eram cometidas com a história do passado recente do país, o conjunto de matérias publicadas nessa ocasião fixa uma narrativa sobre o republicanismo, que vinha sendo cuidadosamente construída durante a Primeira República e que, nesse momento, ganhava não só uma grande divulgação como igualmente um “fim” nas “realizações” do Estado Novo. Os cinquenta anos da República eram uma oportunidade ímpar para o enquadramento de uma memória histórica republicana, que envolveu batalhas simbólicas acirradas, nas quais se disputavam a importância de heróis e a prioridade de eventos gloriosos, que datavam do período colonial, passando pelos dois reinados. O IHGB e os institutos históricos e geográficos dos estados, na maior parte criados após a proclamação (a exceção é o de Pernambuco), tiveram um papel fundamental nesse processo, promovendo comemorações, erigindo monumentos e se dedicando a escrever a história de seus estados e regiões, quer para um público erudito (editando revistas), quer para um amplo público (usando a imprensa etc.).

Assim, nas primeiras páginas dos jornais do dia 15 de novembro, com grande destaque, foi comum encontrar uma espécie de “síntese” da história do Brasil republicano, em que era possível perceber muitas convergências, atestando um conjunto de negociações realizadas antes dos anos de 1930. Nessa narrativa, a República é considerada uma “evolução natural” em direção ao progresso do Brasil. A ideia republicana, afirma-se, era muito antiga, datando da Colônia, como a figura de Tiradentes tão bem traduzia em sua coragem e sacrifício. Mas ela teve muitos outros defensores, sobretudo em Pernambuco, em momentos decisivos de rebeldia e luta pela liberdade, como eram os casos das revoluções de 1817 e 1824, por exemplo.

Essa síntese, ao interpretar o republicanismo como uma bandeira pela qual os brasileiros lutavam há séculos, reforçava a consagração de um panteão de heróis que habitava diversas regiões do território, manifestando-se em episódios muito diferenciados, que se somavam na direção da modernidade, traduzida pela República. Segundo ela, sem dúvida os ideais

²⁸ Ibidem, p. 6.

²⁹ Ibidem, p. 2.

republicanos tinham raízes profundas no país, ultrapassando dificuldades e sofrimentos que custaram as vidas de muitos idealistas, para, por fim, se realizar em 1889. A partir daí, o Brasil viveu uma experiência convulsionada por excessos de liberdades individuais e carências de solidariedade, que a Revolução de 1930 e o Estado Novo estavam corrigindo. As turbulências prejudiciais ao progresso, sancionadas pela Carta de 1891 e reafirmadas pela de 1934, estavam finalmente sendo vencidas pela Constituição de 1937 e por Vargas, que, nessa posição, era um legítimo herdeiro dos ideais dos propagandistas republicanos.

Desde o período colonial, o sonho republicano preocupava o espírito dos patriotas. Inúmeras vezes veio ele à tona dos acontecimentos políticos, especialmente em 1789, com *Tiradentes*; em 1817 e 1824, na revolução de Pernambuco; com Felipe dos Santos, em 1820; com a República de Piratini, em 1835, no Rio Grande do Sul. E em todo o segundo reinado, o mesmo sonho do povo vinha, de vez em quando, turbar a paz do sono do governo monárquico.³⁰

Portanto, o que se assinalava era que o percurso do republicanismo fora longo e difícil, contando com a contribuição de grandes homens e passando por marchas e contramarchas, mas sempre com uma “direção certa”, que o chefe do governo provisório retomara no presente do Estado Novo. Vale então destacar que um dos pontos culminantes dos festejos tenha sido a encenação da peça *Tiradentes*. Se ele era um dos heróis da tradição republicana que se construía, é preciso entender que não era o único, além de ter seu lugar máximo questionado e disputado por outras figuras, como frei Caneca, por exemplo. Dessa forma, a peça de Viriato Correia – sempre apresentado como membro da Academia Brasileira de Letras (ABL) e autor do sucesso teatral *A marquesa de Santos* – integrava-se no curso dessas disputas simbólicas, propondo, pela representação teatral, um perfil de herói que precisava ser reconhecido e saudado sem qualquer sombra de dúvida.

No dia 21 de abril, dia de Tiradentes, como referido, o DNP patrocinara a encenação, pelo *cast* do “Teatro em casa” da Rádio Nacional, na *Hora do Brasil*, de *Tiradentes*. Nesse mesmo dia, Viriato fizera uma leitura do original para seleta plateia de convidados, no palco do Teatro Sant’Anna, em São Paulo. Na ocasião, os comentários dos jornalistas são muito elogiosos, até porque o autor era conhecido e admirado pelo público paulista. O espetáculo *Tiradentes* prometia ser tecnicamente superior à peça *A marquesa de Santos*, mas seu autor mantinha o propósito de emocionar os espectadores com uma peça de grande valor histórico e dramático. Ao ser entrevistado, comentou que teve que estudar muito para escrever *Tiradentes*, que era apresentado “sem a corda no pescoço” e como “um verdadeiro revolucionário”. Aliás, o título da entrevista era “Tiradentes foi o primeiro liberal do Brasil”, o que evidenciava o intuito de Viriato de se contrapor a visões muito correntes, que procuravam diminuir seu papel e até negar sua importância no episódio da conjuração de 1789: “O grande herói mineiro tem sido

30 *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 15 nov. 1939.

diminuído por vários historiadores brasileiros. Injustamente, porque Tiradentes era homem culto, inteligente”.³¹

Tiradentes, representada pela Companhia de Delorges Caminha, um dos maiores atores da época, foi de fato um sucesso no palco do Sant’Anna. O *Correio Paulistano* acompanhou toda a montagem, ressaltando a agradável surpresa causada pela notícia de que o maestro Villa-Lobos compusera uma música, *Tiradentes*, sobre letra de Viriato Correia (Museu Villa-Lobos, 2010, p. 288). São elogiados os croquis dos cenários e figurinos, feitos pelo artista Hipólito Colombo, o mesmo de *A marquesa de Santos*. A estreia ocorreu em junho e a peça foi considerada o maior acontecimento teatral da temporada: “A assistência foi obrigada a interrompê-la várias vezes, movida pelo entusiasmo cívico que a assoberbou, e que se transformou na mais estrepitosa salva de palmas”.³² É interessante observar que *Tiradentes* substituiu uma peça de Ernani Fornari, *laiá Boneca*, que, embora não fosse focada em uma figura histórica, apresentava aos espectadores flagrantes sugestivos da sociedade brasileira no fim do Segundo Reinado.³³ A existência de outros dramaturgos trabalhando com episódios da história do Brasil e atraindo grande público demonstrava como esse gênero estava em alta, o que não passava despercebido pelos críticos das seções especializadas dos jornais. Em 16 de maio, o *Correio Paulistano* assinala

o grande serviço que o teatro poderá prestar ao Brasil, desde que aproveitado por escritores de talento para a evocação de grandes figuras e de grandes épocas. [...]. O teatro é ou pode ser, na obra de educação nacional, um dos maiores esteios do poder público. Uma boa comédia repassada de sentimentos elevados, engendrada com elegância e com talento, executada com perfeito conhecimento de toda a carpintaria dos bastidores e levada à cena com entusiasmo, faz mais, pela saúde mental e cívica do povo, do que uma biblioteca de cem mil volumes.³⁴

Uma reflexão que é complementada, após a estreia, em matéria de junho, na qual o colunista considera que as duas horas da peça são duas horas de civismo e de estética sadia, já que ela combinou sabedoria cênica e histórica. Dessa forma, o texto teatral conseguia atingir objetivos pedagógicos que os livros didáticos não alcançavam:

Já se disse, e deve estar suficientemente provado, que o ensino de história do Brasil precisa de uma reforma. Não é que o ensino seja deficiente, nem incompleto, nem incorreto. O que há é que, assim como a nossa história é ensinada, nas escolas, ela não consegue fascinar o espírito da juventude, que, por mais patriótico que seja, mal supor-

31 *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 11, 19 abr. 1939; p. 9, 21 abr. 1939.

32 *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 6, 17 jun. 1939.

33 *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 8, 17 nov. 1939.

34 *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 5, 16 maio 1939.

ta a chatice descritiva de historiadores que são, via de regra, mais ratos de biblioteca do que artistas da palavra. O que falta, pois, ao ensino da história do Brasil, é uma qualidade didática capaz de emocionar facilmente as gerações novas.³⁵

O sucesso de público e as qualidades cênicas e históricas da peça, decantadas pelos críticos paulistas e reproduzidas nos jornais cariocas, sem dúvida devem ter pesado para que, sob os auspícios do SNT do Ministério da Educação e Saúde, em outubro de 1939, *Tiradentes* fosse anunciada como parte das comemorações oficiais dos cinquenta anos da República. Assim, antes de iniciar sua temporada no Teatro Alhambra, no Rio, seria apresentada em uma récita de gala no Teatro Municipal, em 16 de novembro, com a presença do presidente Vargas e autoridades dos governos federal e municipal. Essa representação seria enriquecida – no início, nos intervalos e ao final da peça – pela execução dos hinos Nacional, da Independência, da Inconfidência e da República, pela orquestra do Municipal, todos cantados pelo Orfeão dos Professores do Distrito Federal, sob a regência de Villa-Lobos. As matérias que *A Noite*, *O Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã* dedicam ao espetáculo são minuciosas, de resto como o que se escreveu sobre as festas ocorridas nesses dez dias. Fica-se sabendo que o espetáculo começou após as 22 horas e terminou após as 24 horas, mas o presidente Vargas não se ausentou, aplaudindo de pé o elenco, como toda a plateia, até que Viriato Correia viesse ao palco. A execução dos hinos fora emocionante, acompanhando a elogiada representação dos atores.

A crítica de Mário Nunes, responsável pela coluna “Teatro” do *Jornal do Brasil*, é particularmente valiosa por ressaltar pontos fortes e também fracos. Para ele, todos os seis quadros em que se dividia a peça eram interessantes: “Em Viriato Correia, autor dramático, o teatrólogo sobrepuja o historiador, sofrendo um e outros, claramente, a influência do educador”. Mas a virtude e o vício estavam próximos: “*Tiradentes* começa e termina por quadros em que uma professora, rodeada de crianças, narra o que foi essa página da história pátria [...]. É o que gostamos menos na peça. O tom em que se acha escrita dispensa tal moldura, prejudicial à emoção pelo seu caráter didático”.³⁶ Talvez Viriato Correia tenha ouvido o comentário de Nunes, pois, no texto da peça, publicado em 1941, com ilustrações de Porciúncula, não há essa cena, o que permite supor que ela foi suprimida (Correia, 1941). De toda a forma, a trajetória da peça no Rio replicou os aplausos recebidos em São Paulo, valendo registrar que houve sessões vesperais nas duas cidades e que, em ambas, os secretários de Educação se interessaram em comprar locações para serem distribuídas entre estudantes.³⁷

O caráter cívico-pedagógico do “bom teatro histórico” foi uma tônica nas observações dos jornalistas e críticos teatrais: “O teatro histórico, feito assim, vale a pena, porque, acima de histórico, é artístico; dá à história uma nobreza, que talvez ela não tenha tido, na realida-

³⁵ *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 7, 14 jun. 1939.

³⁶ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 11, 18 nov. 1939.

³⁷ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6, 7 dez. 1939.

de, mas que precisa ter, na noção fundamental de todo cidadão e de todo patriota”.³⁸ Como se pode observar, o articulista detecta uma questão historiográfica clássica e complexa – a das relações entre história e memória –, pontuando como a arte, quando de qualidade estética, podia emprestar emoções à narrativa histórica. Se esta não tinha, “na realidade”, tal “nobreza”, era preciso que se socorresse de outras narrativas, capazes de despertar os sentimentos necessários à criação de cidadãos patriotas. Dito de outra forma, a construção de memórias históricas exigia conhecimento e emoção para a produção de coesão social e cultural, um dos principais móveis do nacionalismo do Estado Novo.

THE PARTY IS OVER: O DIP

Quando as celebrações do cinquentenário da República e dos dois anos do Estado Novo chegaram ao fim, o ministro Francisco Campos voltou a usar o telégrafo, dessa feita para agradecimentos. Entre os telegramas, um foi endereçado a Lourival Fontes, diretor do DNP, que muito trabalhou, cobrindo todos os eventos pelos serviços de radiodifusão e realizando filmagens, que garantiram a ampla divulgação das festas.³⁹ O DNP era, então, subordinado ao Ministério da Justiça. Porém, em dezembro de 1939, seria transformado no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), ficando diretamente vinculado à Presidência da República, o que lhe dava muito mais prestígio e força. As atividades do DIP, entre 1940 e 1945, mostram como a propaganda do Estado Novo mobilizou a cultura brasileira e, especificamente, a história do Brasil, investindo na publicação e distribuição de livros, discos, filmes etc., para serem divulgados dentro e também fora do país.

Internacionalmente, o ano de 1939 começara com o *Correio da Manhã* noticiando, em janeiro, a adesão da Hungria ao pacto anticomunista e a satisfação de Berlim com o fato, comprovando que “o século presente não pertencerá aos carrascos vermelhos de Moscou”.⁴⁰ Em dezembro, acabava com o *Correio Paulistano* anunciando “o orçamento de guerra francês para 1940”, comprovação de que as hostilidades não iriam encontrar o governo desprevenido. Havia confiança de que a nação francesa sustentaria “o esforço heroico do Exército e a preparação à vitória de amanhã”.⁴¹ Duros tempos, em que a vitória custou muito e o amanhã descortinou o inimaginável.

Agradeço a Vinicius de Moura Ribeiro, graduando de história da Unirio, pela realização do levantamento nos periódicos da época.

³⁸ *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 11, 21 out. 1939.

³⁹ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 9 dez. 1939.

⁴⁰ O pacto anticomunista, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 9, 15 jan. 1939.

⁴¹ O orçamento de guerra francês para 1940, *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 3, 27 dez. 1939.

Referências bibliográficas

- ALONSO, Angela. Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. In: VISCARDI, Cláudia; ALENCAR, José Almino (org.). *A República revisitada: construção e consolidação do projeto republicano no Brasil*. Porto Alegre: EdPUCRS, 2016, p. 61-90.
- CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Papirus; Fapesp, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CATROGA, F. Ritualizações da história. In: CATROGA, F. et al. (ed.). *História da história em Portugal (séculos XIX e XX): da historiografia à memória histórica*. Lisboa: Temas e Debates, 1998, p. 221-361.
- _____. *Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo*. Fortaleza: NUDOC-UFC, 2005.
- CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- CORREIA, Viriato. *Tiradentes: comédia histórica em 3 atos e 7 quadros*. Música de Villa-Lobos e ilustrações de Porciúncula. Rio de Janeiro: Gráfica Guarany, 1941.
- FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.
- FRAGA, André Barbosa. *Os heróis da pátria: política cultural e história do Brasil no governo Vargas*. Curitiba: Prismas, 2005.
- GIRARDET, Raul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- _____. A construção de mitos e os usos do passado nacional: Vargas e Peron. *Revista História*, São Paulo, n. 16, p. 109-129, 1997.
- _____. Propaganda política, construção do tempo e do mito Vargas: o calendário de 1940. In: BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis (org.). *Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França*. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.
- _____. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, M.; SOIHET, R.; GONTIJO, R. *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Faperj, 2007, p. 43-63.
- _____. República e história do Brasil: Viriato Correia e uma história ensinável. In: YAZBECK, D.; ROVHA, M. (org.) *Cultura e história da educação*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2009, p. 9-20.
- _____. Nas gavetas da história do Brasil: ensino de história e imprensa nos anos 1930. In: FERREIRA, Marieta (org.). *Memória e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010, p. 31-58.
- KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.
- LAVABRE, Marie-Claire. De la notion de mémoire à la production des mémoires collectives. In: CÉFAÏ, Daniel (dir.). *Cultures Politiques*. Paris: PUF, 2001.

MOTTA, Marly. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1992.

MUSEU VILLA-LOBOS. *Villa-Lobos: sua obra*. Rio de Janeiro: MinC; IBRAM, 2010.

OLIVEIRA, Lúcia L.; VELLOSO, Mônica P.; GOMES, Angela de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

OLIVEIRA, Lúcia L. As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 172-189, 1989.

PANDOLFI, Dulce (org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

PARADA, Maurício. *Educando corpos e criando a nação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2009.

POLLACK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

Recebido em 4/4/2017

Aprovado em 25/4/2017